Evolução da governança migratória no Brasil: desafios teóricos, mudanças normativas e ecos sociais de sentimentos xenofóbicos^{1*}

Roberto Rodolfo Georg Uebel²

Eveline Vieira Brígido³

Vítor Eduardo Alessandri Ribeiro⁴

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir o cenário recente da trajetória da governança migratória no Brasil, abordando mudanças na legislação específica, evidenciando, através da análise da rede social “Twitter”, a presença de sentimentos xenofóbicos em sociedade, e situando tais fenômenos numa abordagem teórica mais ampla dos estudos de fluxos imigratórios recentes no país. O estudo usa dados de pesquisa qualitativos e quantitativos e apresenta perspectivas analíticas do atual período de transição na política migratória do Brasil, tratando do seu aspecto legal e social, para derivar uma compreensão sobre os desafios à governança das migrações internacionais e ao acolhimento do imigrante.

Palavras-chave: Governança. Migrações internacionais. Brasil. Legislação. Xenofobia.

^{1*} Os autores agradecem à Organização Internacional para as Migrações, escritório no Cairo, Egito, pelo financiamento da sua participação no *II International Forum on Migration Statistics*, que permitiu a construção da pesquisa da qual este artigo é resultante. Os autores assumem a responsabilidade integral do texto.

² Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM-POA, Porto Alegre-RS, Brasil (roberto.uebel@espm.br).

³ Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM-POA, Porto Alegre-RS, Brasil (ebrigido@espm.br).

⁴ Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM-POA, Porto Alegre-RS, Brasil (vitor.alessandri@espm.br).

Evolution of migration governance in Brazil: theoretical challenges, regulation changes and social echoes of xenophobic sentiments

Abstract: This article aims to discuss the recent scenario of migration governance in Brazil, approaching the changes in legislation, evidencing through the analysis of “Twitter” user data the presence of xenophobic sentiments in society, and instantiating these phenomena on a broader theoretical approach of the study on recent migratory flows to the country. The study uses qualitative and quantitative research data and provides an analytical perspective to the issues faced by a transition on migration policies in recent-day Brazil, taking on its legal and social aspects, to finally draw some conclusions over the challenges to migration governance and to the reception of immigrants.

Keywords: Governance. International migrations. Brazil. Legislation. Xenophobia.

Evolución de la gobernanza migratoria en Brasil: desafíos teóricos, cambios normativos y ecos sociales de sentimientos xenófobos

Resumen: Este artículo tiene como objetivo discutir el escenario de la reciente trayectoria de la gobernanza migratoria en Brasil, acercándose de los cambios en la legislación específica, evidenciando, a través del análisis de la red social “Twitter”, la presencia de sentimientos xenófobos en la sociedad, situando tales fenómenos bajo un enfoque teórico más amplio de los estudios de los recientes flujos de inmigración en el país. El estudio utiliza datos cualitativos y cuantitativos, presentando perspectivas analíticas para el período de transición actual en la política de inmigración en Brasil, articulando aspectos legales y sociales, en la búsqueda de comprender los desafíos para la gobernanza de la migración internacional y la recepción de inmigrantes.

Palabras clave: Gobernanza. Migraciones internacionales. Brasil. Legislación. Xenofobia.

Introdução

Nas últimas duas décadas, o Brasil observou um aumento considerável dos fluxos migratórios, partindo de pouco mais de 196 mil imigrantes em 2002 chegando a um contingente de cerca de 2,1 milhões de migrantes em 2018, de acordo com os dados

combinados da Polícia Federal, Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e compilados por Uebel (2018).

Após o período de aumento imigratório, a recepção no Brasil dos novos migrantes, oriundos majoritariamente da América Latina, Caribe e costa oeste da África, além do Sudeste Asiático e Europa Ocidental nos anos de crise – 2008 a 2012 –, tem sido afetada por um novo tipo de governança migratória, com seus avanços e retrocessos, por meio de um novo instrumento legal de regulação das migrações, a Lei de Migração de 2017 (BRASIL, 2017).

A governança migratória recente do Brasil pode ser dividida em quatro períodos distintos. O primeiro teve início em 1997 com a aplicação da nova Lei do Refúgio (BRASIL, 1997). Em 2003 teve início o segundo período, a partir da reorientação da política externa brasileira para imigrantes e refugiados no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O terceiro período teve início em 2014, quando da instalação da Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio e esteve, vigente até a aprovação e sanção da nova Lei de Migração em 2017, quando começa o quarto período. Imbuído de inovações tecnológicas implementadas pela Polícia Federal e pelo antigo Ministério do Trabalho, o controle migratório mediante o atual governo iniciado a partir de 2019 conta com uma agenda anti-imigração responsável pela retirada do Brasil do Pacto Global de Migração de Marraquexe (UNITED NATIONS, 2018).

Nesse contexto, este artigo tem como objetivo analisar as mudanças na governança migratória e seus desafios no Brasil, que serve de referência para os quadros normativos de blocos regionais, como o Mercosul, a partir de três eixos: a) investigação sobre a nova legislação migratória do Brasil; b) breve diagnóstico do recente fluxo migratório no Brasil; e c) detecção, em meio ao conteúdo do vocabulário dos usuários da rede social “*Twitter*”, de opiniões xenofóbicas como fenômeno social que possa representar desafios à acolhida do imigrante.

Cruzaremos também os dados qualitativos com dados quantitativos de estatísticas oficiais para enfim aferir sobre as alterações impingidas ao marco regulatório pelas autoridades

brasileiras e buscando identificar mecanismos de vinculação (SASSEN, 2007) entre as ações do Estado brasileiro e as motivações para a migração destes novos grupos (especialmente latino-americanos e oeste-africanos).

Isto posto, o artigo está dividido em três seções, além desta Introdução e das Considerações Finais. A seção dois será dedicada à apresentação do cenário migratório no Brasil nas últimas décadas. Já na terceira seção, nos debruçaremos sobre a mudança na legislação brasileira para migrantes e, na quarta seção, discutiremos o caso específico da imigração venezuelana e os episódios de xenofobia e papel das redes sociais nesta construção. O trabalho, ao final, propõe-se a contribuir para o debate sobre possíveis interveniências resultando no processo de inflexão no marco regulatório da imigração no Brasil.

Cenário migratório no Brasil

Conforme mencionado na introdução deste artigo, segundo os dados da Polícia Federal, a autoridade migratória brasileira, a população de novos imigrantes no Brasil chegou a 2,1 milhões entre 2013 e 2018, isto é, o somatório total dos ingressos nacionais.

Com relação ao saldo migratório, ainda existe no Brasil um grande desafio para geógrafos, demógrafos e pesquisadores da temática migratória em estabelecer uma quantificação aproximada, uma vez que os dados de saída da própria Polícia Federal contabilizam apenas a emigração regular, e os censos realizados pelo IBGE disponibilizam dados a cada dez anos, portanto, as últimas estatísticas são de dez anos atrás, quando o Brasil ainda não havia passado por um processo de aumento da imigração ou se transformado em um “Eldorado” para os novos imigrantes, ainda que de forma provisória (SILVA; ASSIS, 2016).

Apesar destas questões, é possível estimar, conforme apresentamos na Figura 1 a seguir, as principais origens destes cerca de 2,1 milhões de imigrantes, que escolheram o país baseados numa perspectiva de acolhimento atrelada à própria inserção

estratégica do Brasil em seus países de origem, uma sub-agenda da Política Externa Migratória Brasileira⁵.

Figura 1. Estoque de imigrantes no Brasil por país de origem (2011-2016)

Fonte: Uebel (2018).

É possível traçar o seguinte diagnóstico: as migrações para o Brasil se originaram principalmente na América do Sul e Caribe, seguidas pelos fluxos originados na Europa Ocidental, China

⁵ Definição de Uebel (2018): política sustentada exclusivamente a partir da inserção estratégica do Brasil, sob uma égide da “política externa ativa e altiva”, e cimentada por pilares como as participações brasileiras em missões humanitárias, a concessão de bolsas de estudo e pesquisa para estudantes estrangeiros, a criação do visto humanitário, a emissão e isenção de vistos para grandes eventos desportivos, a discussão e tramitação da nova Lei de Migração, a imigração subsidiada por meio do Programa Mais Médicos.

e Índia e países africanos, subsequentemente. Conforme Uebel (2018) discute em sua tese, o fluxo de africanos foi o que mais cresceu entre 2003 e 2018, cerca de 173% em quinze anos, face os 90% dos influxos de europeus.

À título de complementação deste cenário, apresentamos o Gráfico 1, que sintetiza a representação percentual dos dez maiores grupos de imigrantes no Brasil de acordo com os seus países de origem, e que subsidiará a discussão da próxima seção:

Gráfico 1. Dez maiores grupos de imigrantes no Brasil de acordo com os seus países de origem (2003-2018)

Fonte: elaborado pelos autores.

Os dados supramencionados apontam, portanto, para uma concentração quase que exclusiva de latino-americanos no perfil migratório do Brasil no período – cerca de 475 mil –, e que, somados aos cerca de 46 mil novos imigrantes africanos, representam o maior contingente migratório do país, suplantando pela primeira vez os fluxos históricos de europeus e asiáticos, representando assim uma nova etapa da geopolítica das migrações do Brasil e do próprio Sul Global (WENDEN, 2016). Este novo

caráter geopolítico migratório será fortemente influenciado pela Política Externa Migratória Brasileira.

Para complementar, segundo os dados combinados da Polícia Federal, Ministério da Economia e IBGE, apresentamos o Gráfico 2 a seguir, com a evolução dos fluxos de imigração no Brasil para o período de 2003 a 2019, sendo este último ano com as projeções oficiais ainda não finalizadas:

Gráfico 2. Evolução dos fluxos de imigração no Brasil entre 2003 e 2019 (projeção)

Fonte: elaborado pelos autores.

A governança migratória do Brasil, assim como os próprios fluxos, passou por uma série de mudanças estruturais ao longo das últimas décadas, conforme bem discutido por Seyferth (2008), a começar pela revogação do antigo Estatuto do Estrangeiro, vigente desde a década de 1980 e pela saída do país do Pacto Global para as Migrações de Marraquexe em janeiro de 2019, logo após a posse de Jair Bolsonaro.

Neste período, dois novos instrumentos legais entraram em vigor no Brasil, o Estatuto dos Refugiados, de 1997, e a nova Lei de Migrações, de 2017, que são considerados referência para as normas homólogas nos demais países latino-americanos, e que

apresentam um caráter inovador no tratamento aos migrantes, refugiados, apátridas, solicitantes de asilo e pessoas vítimas de tráfico humano.

Como sendo parte de um laboratório, a governança migratória do Brasil também trouxe inovações quanto à formulação de políticas governamentais para a atenção aos solicitantes de refúgio e imigrantes em situação de vulnerabilidade, os quais discutiremos brevemente nesta seção mais adiante: o visto humanitário e as “anistias” gerais que concederam a regularização migratória de milhares de haitianos, sírios, senegaleses e venezuelanos nos últimos cinco anos.

Para compreender a governança migratória no Brasil, primeiramente é importante destacar a sua composição federalizada e descentralizada, isto é, não apenas o governo federal é um dos seus principais articuladores, mas também os estados, municípios e os poderes Judiciário e Legislativo, além da atuação reconhecida do Ministério Público na defesa dos direitos de migrantes e refugiados.

Essa peculiaridade implica, portanto, um caráter exclusivo na formulação, na aplicação e no monitoramento das políticas públicas migratórias, conforme destaca Rua (2009) em sua obra, o que traz consequências paradoxais: o surgimento de uma rede de atenção aos migrantes, mas também episódios de anti-imigração, como os casos recentes do estado de Roraima, localizado no norte do Brasil, que pediu o fechamento da fronteira brasileira com a Venezuela, a fim de impedir a chegada de solicitantes de asilo venezuelanos (MINISTRA nega pedido..., 2018).

Desta maneira, a questão territorial se faz muito presente na governança migratória brasileira, uma vez que a descentralização das políticas de gestão migratória e territorial, um “*aménagement migratoire*”, obrigou que diferentes atores do Estado brasileiro se fizessem presentes, tanto para a coordenação logística como para a efetivação destas políticas, dentre eles, o Exército Brasileiro, que é responsável pela “Operação Acolhida”, programa governamental dedicado ao acolhimento de migrantes, especialmente os venezuelanos, em situação de vulnerabilidade quando admitidos em território brasileiro.

Para complementar esta ação estatal, a criação do visto humanitário e as regularizações migratórias por meio de portarias administrativas, marcam a governança migratória do Brasil, uma vez que surgiram como uma solução ao limbo jurídico daqueles migrantes indocumentados que não poderiam ser reconhecidos como refugiados, acolhidos como asilados políticos ou autorizados a trabalhar e residir no país. Instituídos ainda durante o governo de Dilma Rousseff, estes instrumentos foram adaptados por países fronteiriços como Peru, Paraguai e Uruguai, além de serem adotados pelo Equador.

A efetivação da governança migratória brasileira apresenta ainda uma última peculiaridade relacionada à questão territorial: ela começa nas fronteiras terrestres do Brasil e possui suporte institucional concentrado nas cidades gêmeas e regiões transfronteiriças. Nesse sentido, não se pode falar em governança e gestão migratória no Brasil sem considerar as especificidades das fronteiras do país.

Ações como a interiorização da migrantes por meio da coordenação do Exército Brasileiro e operação da Força Aérea Brasileira, o atendimento de saúde por parte do Ministério da Saúde, o encaminhamento ao mercado de trabalho por meio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e sob fiscalização do Ministério Público do Trabalho, bem como o fornecimento do acesso à educação pública por parte das secretarias estaduais e municipais de educação e pelas universidades federais, são exemplos desta complexa cadeia compartilhada da governança migratória brasileira, que é verticalizada na aplicação e horizontal quanto às normativas oriundas da Política Externa Migratória Brasileira, algo inédito no Sul Global e que serve de laboratório de experimentação para os vizinhos latino-americanos.

Nesse sentido, apresentaremos na próxima seção as agendas e perspectivas da questão migratória no Brasil, considerando a mudança nos fluxos migratórios e nas visões do novo governo face ao tema migratório, que já fora considerado como “escória do mundo” (BEM antes de Trump..., 2018).

Análise das transformações normativas

O Estado brasileiro, até 2017, tinha uma legislação ultrapassada para regulamentar a migração internacional, a qual tinha por base a segurança nacional (OLIVEIRA, 2017). Não obstante, a mudança legislativa não ocorreu abruptamente há 2 anos e meio, mas sim de forma gradual a partir da adoção da nova Constituição Federal (CF) em 1988. Em 1997 foi adotado o Estatuto do Refugiado e seu Protocolo por meio da Lei n. 9.474/97. O governo brasileiro adotou um conceito de refugiado mais amplo do que o previsto no Estatuto, incluindo graves violações de direitos humanos como fundamento para a solicitação de refúgio, prevista na Declaração de Cartagena de 1984.

Entretanto, a Lei n. 6.815 de 1980, que definia as condições de entrada e permanência do estrangeiro no Brasil, ainda permaneceu em vigor. Todavia, foi-se percebendo alteração na política migratória brasileira, de forma a se tornar mais receptiva e humanitária em relação aos migrantes.

Em 2012 foi adotado o visto humanitário para os imigrantes haitianos por meio da Resolução Normativa CNIg (Conselho Nacional de Imigração) nº 97 de 12/01/2012. Esta resolução permitia a concessão de visto por razões humanitárias aos imigrantes haitianos por um período de 5 anos, prorrogáveis no caso de estarem trabalhando no Brasil. Em continuidade a essa governança com foco humanitário, o governo brasileiro estendeu o visto humanitário para os sírios, por meio da Resolução Normativa do CONARE nº 17 de 20/09/2013.

Em março de 2017, o CNIg adotou a resolução n. 126 que garantiu a concessão de residência temporária por até 02 anos a imigrantes que sejam nacionais de países fronteiriços ao Brasil e que ingressaram em solo doméstico por via terrestre.

Em maio daquele mesmo ano foi aprovada a nova Lei de Migração, n. 13.445/17, revogando a lei 6.815/80, tendo como base a proteção dos direitos humanos, repúdio a qualquer forma de discriminação, não criminalização da migração, acolhida humanitária e inclusão social e laboral do migrante.

“Indubitavelmente que a nova lei coloca o Brasil em posição de vanguarda nesta matéria, posto que defere aos imigrantes uma série de prerrogativas que até então eram conferidas apenas para seus nacionais” (GUERRA, 2017, p. 172).

Em comparação aos principais documentos internacionais sobre migração, é possível afirmar que a legislação brasileira é bastante avançada. Com relação ao conceito de refugiado previsto no Estatuto e em seu Protocolo, a legislação brasileira possui conceito mais amplo, seguindo as normativas regionais (Declaração de Cartagena, Convenção Africana e o Sistema Europeu Comum de Asilo). Dessa forma, se permite que maior número de migrantes forçados receba proteção, conforme previsão no Pacto Global de Migrações. A nova Lei de migração também é inovadora ao trazer os conceitos de acolhida humanitária e da não criminalização da migração internacional.

Além disso, em 2018, foi aprovado o Decreto n. 9.285, reconhecendo a necessidade de acolhimento humanitário de venezuelanos e, em seguida, foi aprovada legislação especial (Lei n. 13.684/18) para tratar de medidas de assistência emergencial a pessoas vulneráveis em virtude de fluxo migratório provocado por crise humanitária.

Além dessa mudança legislativa, o governo brasileiro vem, ainda, adotando portarias para tratar de casos específicos de grandes fluxos migratórios para o Brasil. Em 2019 foram adotadas 3 portarias para facilitar os trâmites de autorização de residência no Brasil para os nacionais de origem dos seguintes países: Cuba (integrantes do programa mais médicos), República Dominicana (solicitantes de refúgio) e Senegal (solicitantes de refúgio). E mais 2 novas portarias sobre visto humanitário e autorização de residência para sírios, haitianos e apátridas residentes no Haiti. Importante ressaltar que, com exceção dos sírios, as demais nacionalidades que desejarem obter a residência temporária ficarão no Brasil como migrantes econômicos, tendo que desistir da solicitação de refúgio (BRASIL, Ministério da Justiça, 2019, a, b, c, d, e). No caso de o solicitante realmente preencher os requisitos para a solicitação do refúgio, parece não ser uma boa opção a desistência do pedido para

obter a autorização de residência temporária. No entanto, caso o solicitante venha de um país que não se enquadre em situações de perseguição, conflitos e/ou graves violações de direitos humanos, a autorização de residência pode ser melhor opção.

Percebe-se, portanto, que a partir da adoção da CF/88 houve importante mudança na condução política migratória brasileira, não obstante a alternância de governos no Brasil. Em 2019, contudo, o atual governo declarou que o Brasil não participaria do Pacto Global de Migrações. Duas observações devem ser feitas a esse respeito. Primeiramente, deve-se observar que o Pacto é um documento classificado como *soft law*, ou seja, nenhum país “faz parte” em termos jurídico, uma vez que não se trata de tratado internacional. Ademais, a nova Lei brasileira de migrações é tanto ou mais inovadora que o Pacto Global. E as 5 portarias supracitadas, adotadas em 2019, parecem ir ao encontro da nova Lei brasileira e das políticas previstas no Pacto. Uma questão importante, ressaltada acima, é sobre o fato de a autorização de residência implicar na desistência da solicitação de refúgio. Conforme observado supra, tal fato pode beneficiar ou não o solicitante, dependendo das circunstâncias. E, mesmo nos casos de autorização de residência ser concedida, é importante salientar que se trata de pessoas vulneráveis, oriundas de países em situações precárias e que, embora não mais enquadradas como refugiadas, necessitam de políticas adequadas.

Ainda não é possível afirmar quais as intenções do atual governo ao criar tais regulamentações. Para tanto, será necessário analisar como essa política será conduzida nos próximos anos. De qualquer forma, conforme será explanado na próxima seção, uma questão preocupante é a xenofobia. Embora a legislação brasileira esteja adequada aos documentos internacionais, é preocupante o tratamento dos imigrantes por parte da sociedade. Ou seja, não é suficiente existir a previsão legal se o que está previsto não é cumprido e não é receptivo pela sociedade. E, nesse caso, o posicionamento que tem sido adotado pelo novo governo pode ser uma agravante nessa questão.

Desafios sociais ao acolhimento do imigrante e o sentimento xenófobo: notas metodológicas e análise de conteúdo

Embora a gestão da governança migratória no Brasil venha sofrendo modificações no sentido de ampliação de garantias formais previstas em lei, o caráter contraditório das portarias com relação ao teor da Lei de Migração de 2017 emitidas pelo governo federal inaugurado em 2019 deixa no ar a feição que o cuidado com imigrantes terá no Brasil. Tal situação encontra ainda um caldo de cultura social que tem agravado o drama em torno da recepção e do acolhimento do imigrante, algo particularmente dramático para os venezuelanos⁶.

A situação de crise⁷ na Venezuela, com a degradação das condições gerais de vida produzida não apenas pela crise política, como também pela grave crise alimentar e sanitária, com escassez de alimentos e de medicamentos, tem forçado enormes quantidades de pessoas da população venezuelana a emigrar para países vizinhos (BAENINGER; SILVA, 2018).

Em abril de 2016, o Brasil tinha 8.863 refugiados reconhecidos⁸, sendo que as solicitações de refúgio no Brasil cresceram de 966 em 2010 para 28.670 em 2015. As cinco maiores nacionalidades com refúgio reconhecido no Brasil eram então de sírios, angolanos, colombianos, congoleses e libaneses. Com relação aos pedidos de

⁶ Aponta-se aqui a matéria de Sérgio Ramalho, jornalista do *Intercept Brasil*, de 28 de novembro de 2019 intitulada “Virou rotina agredir e assassinar venezuelanos no Brasil”. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/11/28/violencia-xenofobia-venezuelanos-roraima/>> Acesso em: 29 nov. 2019.

⁷ Segundo a Resolução 2/2018 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a grave crise política e econômica na Venezuela se converteu em graves violações de direitos humanos, contra o direito à vida, a integridade pessoal, a liberdade pessoal, a liberdade de expressão, de circulação, a proteção judicial (CIDH, 2018).

⁸ Ver: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/1o-edicao-sistema_de_refugio_brasileiro_-_refugio_em_numeros_-_05_05_2016.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2020.

refúgio, a situação no Brasil evoluiu num salto impressionante. Em 2016, foram 10.308 solicitações de refúgio no país. Aumentou mais de três vezes para 33.866 pedidos em 2017 e em 2018 foram 80.057 solicitações. No ano de 2018, foram 777 casos considerados elegíveis e, portanto, reconhecidos como refúgio, principalmente de pessoas oriundas da Síria (476 casos), Palestina (52 casos), República Democrática do Congo (50 casos), Cuba (45 casos), Paquistão (43 casos), Afeganistão (11 casos), Angola (10 casos), Burundi, Marrocos e Nigéria (com 7 casos cada) e a Venezuela (5 casos)⁹.

Embora sejam poucos os casos de refúgio de venezuelanos reconhecidos no Brasil, a situação vivida por cidadãos venezuelanos imigrantes no Brasil é dramática. Os pedidos de refúgio de venezuelanos ao governo brasileiro em 2015 foram em número de 822. Em 2016, o número saltou 410% para 3.375 pedidos. No ano seguinte, 2017, foram 17.865 pedidos, aumento vertiginoso de 529% ante 2016. Em 2018, venezuelanos fizeram 61.681 pedidos de refúgio às autoridades brasileiras, número cerca de 4 vezes maior que no ano de 2017. A essa situação de ampliação da busca de venezuelanos pelo Brasil se seguiu um crescimento de sentimento de xenofobia de grupos da população brasileira, o que se procura demonstrar nessa sessão do trabalho.

Para essa demonstração, optou-se por realizar uma análise de conteúdo de vocabulário controlado tomado às mensagens de texto postadas por usuários da rede social “*Twitter*” de janeiro de 2016 a fevereiro de 2020¹⁰. Para coleta, utilizou-se a técnica de

⁹ Ver relatório elaborado pelo Ministério da Justiça com base nos dados da Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados, de julho de 2019, disponível no portal da internet do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados: <<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Refugio-em-nu%CC%81meros-versa%CC%83o-23-de-julho-002.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2020.

¹⁰ Buscou-se, nessa rede social, apenas por *tweets* que contivessem em seu texto tanto a palavra “fora” quanto a palavra “venezuelanos”, na tentativa de caracterizar o teor semântico do que os usuários da mesma referiam de ideias

“scraping”, ou raspagem, dos textos dos *“tweets”* empregando um *“script”*¹¹ na linguagem *“Python”*¹² de programação através de uma API¹³ para interface com computadores servidores do serviço digital da rede social.

A análise não possui a intenção de ser estatisticamente representativa da população em nenhum aspecto, pois não foram controlados atributos dos usuários que entraram na amostra. No entanto, o uso da captura automatizada dos textos postados por usuários da rede social traz o benefício da generalização pela vastidão quantitativa de dados no largo lapso temporal compreendido na captura.

O emprego de rotinas de códigos de programação pôde tornar exequível o emprego de tal vasto *“corpus”*, além de também permitir o controle da parametrização da análise, isso é, o controle do teor semântico dos *“tweets”* segundo critérios da análise. A extração total resultou na captura de 2679 casos ou *“tweets”*. Um primeiro tratamento através da análise semântica do conteúdo textual exigiu a eliminação de 275 casos não afeitos ao assunto da pesquisa. Muitos se referiam a eventos desportivos, como futebol,

ao se expressarem sobre tais termos.

¹¹ Um *“script”* de programação é o mesmo que uma série de instruções ou rotinas ordenadas escritas por seres humanos para serem interpretadas por computadores. As tarefas concebidas são transmitidas às máquinas fazendo-se uso de linguagens de programação com sintaxes próprias, estruturando assim códigos que deverão ser interpretados por máquinas para que essas desempenhem tarefas esperadas pelo programador.

¹² Disponível em: <https://www.python.org/>. Acesso em: 18 nov. 2019.

¹³ API é a sigla para *“Application Programming Interface”* (interface de aplicação de programa). Como o nome sugere, API funciona como uma interface, sendo que o desenvolvedor, o pesquisador ou quem quer que faça uso de linguagens de programação para executar interagir com aplicativos geralmente faz uso dela para o intercâmbio de dados. A API empregada nessa pesquisa para a coleta dos dados do *“Twitter”* foi desenvolvida por Jefferson Henrique e pode ser acessada através do link <<https://github.com/Jefferson-Henrique/GetOldTweets-python/blob/master/README.md>>. Acesso em: 22 fev. 2020.

em que times brasileiros jogaram “fora” de casa contra times “venezuelanos”. Resultaram 2404 casos que perfazem o total do “corpus” da pesquisa empírica realizada¹⁴.

O tratamento foi feito com base de técnicas de processamento de linguagem natural (“*natural language processing*”) empregando-se rotinas de aprendizado de máquina não supervisionado (“*unsupervised machine learning*”) em que dados são inseridos na memória do computador sem pré-classificação. Ao serem processados, a própria rotina dos códigos executados é capaz de depreender relações, e dessas, a identificação de padrões torna-se possível. Empregou-se a biblioteca da linguagem “*Python*” denominada “*word2vec*” desenvolvida em 2013 (MIKOLOV et al.), que é capaz, com base no registro da ocorrência de palavras no campo semântico das palavras do seu entorno, não apenas parametrizar essas ocorrências e conferir assim exatidão matemática à proximidade ou distância que palavras guardam entre si no “corpus” de texto analisado, como também depreender relações de correspondência semântica existentes entre palavras. Dessa forma, a análise dos dados permitiu aferir positivamente sobre a existência, em meio às opiniões de usuários da rede social, de um tipo difuso de sentimento xenofóbico retratado no uso de palavras derogatórias e ofensivas para referir a imigrantes venezuelanos.

Algumas evidências importantes são apresentadas abaixo. A Figura 2 representa uma nuvem de palavras com as palavras de no mínimo 5 letras, sendo que o maior ou menor tamanho delas reflete de modo diretamente proporcional a maior ou menor frequência com que ocorrem no “corpus” de texto da pesquisa.

¹⁴ Os dados colhidos, bem como todas as sequências de rotinas de códigos empregadas na análise dos mesmos estão disponíveis através do repositório digital, cujo acesso possibilita garantias de reprodutibilidade dos procedimentos de coleta, de investigação e análise dos dados. Disponível em: <https://github.com/vealeessandri/Python_for_the_Social_Sciences_NLP>. Acesso em: 24 fev. 2020.

[illegible]

O critério de captura do “*corpus*” compreendeu a ocorrência tanto da palavra “fora” como “venezuelanos”. Como forma de controle da objetividade da análise visual, a palavra “fora” está presente 2481 vezes e haveria de ter tamanho proporcionalmente equivalente à palavra “venezuelanos”, que surge 2467 vezes, mas não foi trazida à imagem acima posto que o critério adotado foi de no mínimo 5 letras. Para se ter uma noção de proporcionalidade, a palavra “liberdade” ocorre 94 vezes e “imigrante”, 72 vezes.

A primeira aproximação através da análise visual de tal imagem denota uma curiosidade: termos relacionados a elementos abstratos e com recorte ideológico, tais quais as palavras “esquerda” (64 ocorrências), “comunista” (com 54 ocorrências), “comunismo” (41 ocorrências) são mais recorrentes do que elementos que pudessem remeter ao campo semântico da preocupação para com a vida de imigrantes propriamente, como as palavras “segurança” (19 vezes), “entrada” (12 vezes), “abrigo” (13 vezes), “destino” (11 vezes), “alimento” (três ocorrências). Isso é uma pista que, seguida na análise, nos mostra um quadro analiticamente interessante.

Seguindo-se essa pista, pode-se buscar visualizar a frequência com que ocorrem certas palavras consideradas arbitrariamente em relação a outras, para fins de investigação. Assim, termos como “crise” (pensando-se em crise migratória como algo relacionada à presença de descaso para com imigrantes), “maus”, “tratos”, “aumento”, “xenofobia” e “descaso”, vê-se através do diagrama de dispersão do léxico do “corpus” mostrado na Figura 3 que tal conjunto representacional de ideias são pouco adensadas no total dos “tweets”, mas aparecem com alguma correspondência entre si.

Figura 3. Diagrama de dispersão de palavras que remetem a cuidados com a pessoa

Fonte: elaborada pelos autores.

A imagem acima deve ser lida compreendendo-se o maior adensamento de manchas azuis em cada eixo horizontal por palavras como a representação visual da maior frequência com que aquela palavra ocorre no “corpus”. Alternativamente, zonas em branco representam a rarefação ou a escassez de palavras no texto.

As palavras “fora” e “venezuelanos” são altamente frequentes no texto, o que reflete a escolha metodológica da própria captura dos dados. A expressão “irmãos” para se referir a venezuelanos

é bastante recorrente no conjunto dos “*tweets*”, seja para aquelas opiniões que manifestam desejo que o Brasil proteja os “irmãos venezuelanos”, seja para aquelas opiniões que manifestam opiniões de que “irmãos venezuelanos” devam ficar em seu país. Portanto, o diagrama de dispersão da Figura 4 tem o propósito de desambiguação e por isso traz a “irmãos” no centro. Traz ainda as palavras de controle “fora” e “venezuelanos”, e também palavras que refletem dimensões mais afeitas aos processos reais de vida material das pessoas, como “emprego”, “segurança”, “liberdade”, “saúde”, “educação”, “moradia”.

Figura 4. Diagrama de dispersão de desambiguação

Fonte: elaborada pelos autores.

Há um certo padrão que emerge da desambiguação: grosso modo, aquelas “vozes” que mais frequentemente mencionam os “irmãos” parecem ter como mote a ideia de “liberdade”, mas essas expressões tendem a ocorrer com baixa frequência nos contextos onde palavras como “emprego”, “desempregados”, “segurança”, “saúde”, “educação” e “moradia” ocorrem.

A pista pelo aprofundamento da desambiguação disso que parece remeter a tipologias distintas (de um lado, a preocupação em abstrato com ideias de “liberdade” e de outro a preocupação em concreto com aspectos materiais da vida) pode ser buscada através do recurso à análise visual do campo semântico de ocorrência de

palavras. Na Figura 5, vemos uma aproximação visual do campo semântico da ocorrência da expressão “maus tratos”, próxima à posição (6, -21) do plano cartesiano.

Figura 5. Campo semântico da ocorrência da expressão “maus tratos”

Fonte: elaborada pelos autores.

Se “ampliarmos” o espaço de visualização em torno daquela expressão (posição da abscissa 6 e ordenada -21) e buscarmos uma área mais ampla da região em torno daquele léxico no conjunto do “corpus”, poder-se-á perceber a ocorrência de expressões como “casos”, “pobreza”, “calamidade”, “pública”, “descaso”, “doenças”, “hospitais”, ou “cuidados”, ou ainda “moradores”, “alocados”, “chegaram”, “direção”, “estradas”, “expulsos”, “primeira”, “etapa”, “oportunidades”. Por limitação de espaço na própria exposição do presente artigo, é interessante restringir aqui a análise

Figura 6. Campo semântico ampliado em torno da expressão “maus tratos”

Fonte: elaborada pelos autores.

Mesmo quando a ideia dos maus tratos está presente, as ideias que gravitam em torno são colocadas em termos de embates políticos que pouco ou nada remetem à preocupação de caráter mais solidário para com a saúde, a moradia, a segurança

ou o emprego, desafios enfrentados pelos imigrantes que tocam diretamente na problemática da gestão da governança migratória. Se tomarmos as ideias expressas com relação à saúde, é frequente a associação à ideia de que imigrantes e/ou refugiados venezuelanos no Brasil trariam doenças erradicadas no país receptor, uma clara ideia discriminatória.

Figura 7. Diagrama de dispersão de palavras selecionadas na ocorrência de palavras “doenças” e “erradicadas”

Fonte: elaborada pelos autores.

Pode-se visualizar com um pouco mais de nitidez as noções que usuários da rede social “Twitter” mobilizam ao mencionar a ideia de “doença” na Figura 8 com a nuvem formada com as palavras. A problemática do drama que vivem os venezuelanos no Brasil é mais profundamente sensível nas regiões de proximidade com o território venezuelanos, onde regiões de territórios fronteiriços gozam de menor disponibilidade de recursos para a gestão de problemas sociais. A questão de saúde e a ocorrência de certas doenças transmissíveis entre pessoas, como o sarampo, por exemplo, é sem dúvida algo grave e um desafio para o poder público.

doenças

venezuelanos

twitter

status

trouxeram

ditadura

venezuela

pessoas

morrendo

brasil

radicada

frenteira

governo

palçada

trazendo

judado

trouxe

expulsem

retweets

mentions

ditadura

blog

judamento

hashtags

apelo

lgação

favoritos

Roneadas

santana

Fonte: elaborada pelos autores.

No entanto, pode-se identificar uma forma de brasileiros se expressarem a esse respeito que claramente traduz a presença de um sentimento de xenofobia, de aversão ao imigrante porque carregada de formas insidiosas de expressão e, não raro, vocábulos pejorativos, como nos textos dos 6 “*tweets*” transcritos abaixo (do total de 25 que trazem a palavra “doença”). Os erros são mantidos conforme os originais:

Não queremos a Venezuela aqui fora venezuelanos voltem pro seu país, não tragam doenças e miséria pra cá (Transcrição literal de “*tweet*” de 20 de fevereiro de 2018. Usuário mantido anônimo¹³).

Legal tem que ajudar, mas já tá na hora do governo tomar uma atitude. Os venezuelanos estão vindo em massa, trazendo doenças e outras coisas. Fora que muitos deles são folgados. (Transcrição literal de “*tweet*” de 16 de julho de 2018. Usuário mantido anônimo).

Muito bom. Caia fora e vá morrer sozinho lá, melhor do q vim pra cá trazendo surto de doenças e roubos e violência. Se a globo tentou trazer vitimismo não

convenceu. Que os Venezuelanos criem vergonha na cara e voltem para lutar pelos direitos do seu país. (Transcrição literal de “*tweet*” de 18 de agosto de 2018. Usuário mantido anônimo).

Uber de hoje, depois que falei sobre o surto de sarampo: É, o problema dessas doenças aí é desse povo que tá vindo de fora . Os africanos, os venezuelanos . Diz que começou tudo na Venezuela. Eu tentei explicar que era pelo movimento anti-vax e tal, mas ele ignorou (Transcrição literal de “*tweet*” de 19 de agosto de 2019. Usuário mantido anônimo).

Aumento da violencia e tivemos a volta de doenças antes erradicadas pelo descaso, fora venezuelanos que foram vitimas de uma ditadura protegida e defendida pelos nosso GOVERNANTES agora tendo q buscar refugio aqui. A esquerda foi a pior MERDA q ocorreu e tem gente que defende (Transcrição literal de “*tweet*” de 02 de setembro de 2019. Usuário mantido anônimo)..

Medo dessas doenças que estão matando lá fora ..Nosso país não suporta mais doenças..Ebóla África, e Coronavírus na Coréia. Matariam milhões aqui.. Precisam examinar pessoas que chegam de outros países.. Venezuelanos trouxeram o Sarampo que não tinha mais aqui, e matou pessoas (Transcrição literal de “*tweet*” de 21 de janeiro de 2020. Usuário mantido anônimo).

É importante mencionar que o material empregado para a presente análise é vasto e possui uma enorme riqueza de dados, merecendo por isso tratamentos ulteriores, tanto pelos autores do presente artigo, quando por demais pesquisadores interessados que têm à disposição a base de dados e as rotinas de códigos utilizadas.

Considerações finais

A nova lei brasileira de migrações trouxe mudanças significativas, considerando fortemente a regulamentação internacional sobre Direitos Humanos. A legislação anterior tinha como foco a questão da segurança nacional e tratava o “imigrante” como “estrangeiro”, focando apenas na regulamentação sobre entrada, saída, deportação e extradição. A nova Lei, por sua vez, trata o imigrante de forma humanizada, simplificando o processo de vistos, facilitando o acesso ao mercado de trabalho e de residência no Brasil. Mas o principal é o fato de tratar o imigrante como sujeito de direito, garantindo a eles os mesmos direitos garantidos aos brasileiros (salvo situações muito específica relacionadas à segurança nacional).

E o caráter inovador não é apenas em relação à Lei anterior (n. 6.815/80), mas também em relação aos principais documentos e tratados internacionais. O instituto do visto humanitário, por exemplo, pode ser efetivo em situações de gerenciamento de crises humanitárias. Aliás, o governo brasileiro acabou criando Lei específica para administração de grandes fluxos migratórios em momentos de crise humanitária.

De fato, o novo arcabouço legislativo é muito recente, sendo necessário esperar um período temporal para melhor análise. Principalmente em decorrência da mudança de governo em 2019 e a declaração de não participação do Pacto Global. É preciso verificar se os objetivos contidos na nova Lei de migrações serão mantidos ou se serão revisados pelo Ministério da Justiça.

Desta maneira, discutimos ao longo do artigo como a governança migratória brasileira se ajustou à realidade implicada pelos novos fluxos e também pelo cenário regional e global da mobilidade humana. Os novos desafios, que abordamos na seção das perspectivas ajudam a compreender os rumos pelos quais o Estado brasileiro poderá seguir nas próximas décadas, a depender da efetivação da nova Lei e das agendas governamentais.

Nesse sentido, o sabor das políticas adotadas pelo Estado na atenção e na recepção de migrantes e refugiados, cujos fluxos

apresentam, neste momento, uma tendência de tensionamento e agravamento, dadas as instabilidades em seus países de origem como Venezuela e Síria.

Para concluir, os dados apresentados pontuam a importância cada vez maior da tecnologia e das redes sociais no poder de difusão dos discursos a favor e contrários à imigração no Brasil, instrumentos estes que acabam por influenciar a tomada de decisão dos entes responsáveis, o Estado e seus governos, pela governança migratória do país neste começo de terceira década do século vinte e um, um fenômeno que demandará, segundo o nosso entendimento, um esforço cada vez maior de compreensão e estudo pela Ciência Política, pelo Direito e pelas Relações Internacionais.

Referências

BAENINGER, Rosana et al. **Migrações Sul-Sul**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - Universidade Estadual de Campinas, 2018. 976 p.

BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jarochinski (Orgs.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - Universidade Estadual de Campinas, 2018. 400 p.

BEM antes de Trump, Bolsonaro chamou haitianos e outros imigrantes de “escória do mundo”. In: *Gazeta do Povo*. **Eleições 2018**. Curitiba, 15 jan. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/bem-antes-de-trump-bolsonaro-chamou-haitianos-e-outros-imigrantes-de-escoria-do-mundo-bvhv8jc0gsf15ueai7od4uy0l/>. Acesso em: 17 fev. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Imigração. **Resolução Normativa nº 97 de 12 de janeiro de 2012**. Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei 6.815, de 19 agosto de 1980, a nacionais do Haiti. Disponível em: <https://www.refworld.org/pdfid/54e748424.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Imigração. **Resolução Normativa nº 126 de 02 de março de 2017**. Dispõe sobre a concessão de residência temporária a nacional de país fronteiriço. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=338243>. Acesso em: 01 fev. 2020.

BRASIL. **Decreto n. 9.199 de 20 de novembro de 2017**. Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9199.htm. Acesso em: 01 fev. 2020.

BRASIL. **Decreto n. 9.285 de 15 de fevereiro de 2018**. Reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9285.htm. Acesso em: 01 fev. 2020

BRASIL. **Lei n. 13.684 de 21 de junho de 2018**. Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13684.htm. Acesso em: 01 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Portaria Interministerial n. 4, de 26 de julho de 2019**. Dispõe sobre a concessão e os procedimentos de autorização de residência para nacionais de Cuba que tenham integrado o Programa Mais Médicos para o Brasil, a fim de atender ao interesse da política migratória nacional. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-n-4-de-26-de-julho-de-2019-207468561>. Acesso em: 01 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Portaria Interministerial n. 5, de 26 de julho de 2019**. Dispõe sobre a concessão de autorização de residência aos nacionais da República Dominicana, que tenham processo de reconhecimento da condição de refugiado em trâmite no Brasil. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/>

portaria-interministerial-n-5-de-26-de-julho-de-2019-207468568. Acesso em: 01 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Portaria Interministerial n. 9, de 08 de outubro de 2019**. Dispõe sobre a concessão e os procedimentos do visto temporário e da respectiva autorização de residência para fins de acolhida humanitária a pessoas afetadas pelo conflito armado na República Árabe Síria. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-n-9-de-8-de-outubro-de-2019-220791848>. Acesso em: 01 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Portaria Interministerial n. 10, de 05 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a concessão e os procedimentos de autorização de residência aos nacionais da República do Senegal, que tenham processo de reconhecimento da condição de refugiado em trâmite no Brasil. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-n-10-de-5-de-dezembro-de-2019-231852423>. Acesso em: 01 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Portaria Interministerial n. 12, de 20 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a concessão de visto temporário e de autorização de residência para fins de acolhida humanitária para cidadãos haitianos e apátridas residentes na República do Haiti. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-n-12-de-20-de-dezembro-de-2019-234972085>. Acesso em: 01 fev. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Brasília, DF, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm. Acesso em: 20 fev. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Brasília, DF, 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm. Acesso em: 20 fev. 2020.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Resolução 2/18. Migração forçada de pessoas venezuelanas.** 167^o período de sessões. Bogotá, 2018. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/decisiones/pdf/Resolucao-2-18-pt.pdf>. Acesso em 10 dez. 2019.

COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS. **Sistema de refúgio brasileiro. Desafios e perspectivas.** 2016. Disponível em: https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/10-e-dicao-sistema_de_refugio_brasileiro_-_refugio_em_numeros_-_05_05_2016.pdf. Acesso em 25 nov. 2019.

GUERRA, Sidney. **A nova lei de migração no Brasil: avanços e melhorias no campo dos direitos humanos.** Revista de Direitos da Cidade. n. 4. vol. 9. 2017. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/viewFile/28937/21967>. Acesso em: 01 fev. 2020.

MIKOLOV, Tomas et al. Distributed representations of words and phrases and their compositionality. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON NEURAL INFORMATION PROCESSING SYSTEMS, 26., 2013, Sydney. **NIPS'13: Proceedings of the 26th International Conference on Neural Information Processing Systems - Volume 2.** Nova York: Curran Associates Inc., 2013. p. 3111-3119. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/10.5555/2999792.2999959>. Acesso em: 26 abr. 2020.

MINISTRA nega pedido de RR de fechamento da fronteira com a Venezuela. In: Supremo Tribunal Federal. Notícias STF. Brasília, 06 ago. 2018. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=386012>. Acesso em: 17 fev. 2020.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. **Nova lei de migração: avanços, desafios e ameaças.** Revista Brasileira de Estudos de População, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 171-179, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v34n1/0102-3098-rbepop-34-01-00171.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2020.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2009. 130 p.

SASSEN, Saskia. **Una sociología de la globalización**. Buenos Aires: Katz Editores, 2007. 323 p.

SEYFERTH, Giralda. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político. In: 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2008, Porto Seguro. **Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2008. Disponível em: <https://tinyurl.com/yd7rk3nx>. Acesso em: 26 abr. 2020.

SILVA, Sidney A. da; ASSIS, Glaucia Oliveira. **Em busca do Eldorado: O Brasil no contexto das migrações nacionais e internacionais**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2016. 347 p.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. **Política Externa Migratória Brasileira: das migrações de perspectiva à hiperdinamização das migrações durante os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff**. 2018. 645 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/188410>. Acesso em: 20 fev. 2020.

UNITED NATIONS. **Global Compact for Safe, Orderly and Regular Migration**. 2018. Disponível em: <https://www.un.org/pga/72/wp-content/uploads/sites/51/2018/07/migration.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

WENDEN, Catherine Wihtol de. **Atlas des migrations: un équilibre Mondial à inventer**. Paris: Éditions Autrement, 2016. 96 p.